

Dívida: dificuldades de fim de Governo

MARIZA LOUVEN

O Governo Sarney cumpriu todas as obrigações financeiras que tinha para com os bancos privados e organismos internacionais credores do Brasil. Isso demandou um enorme esforço do País, mas que não foi coroado com a contrapartida de novos recursos externos. O final do mandato é, apesar dos erros da política econômica interna, o momento de cobrar a conta, opina o Deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi o primeiro Ministro da Fazenda da Nova República. Ele defende que o País também deve descentralizar a negociação da dívida.

— Hoje o Estado brasileiro negocia com empregados dos bancos — dispara.

Os credores estão dando uma série de motivos para não fechar o acordo com o Brasil, que vão desde críticas à situação econômica ao desmatamento da floresta amazônica. Mas

a questão passa, na verdade, pela atual transição política, opina o ex-Ministro. O Presidente Sarney não é o primeiro, em fim de mandato, a enfrentar dificuldades para renegociar a dívida. Da mesma forma como estão agindo agora, atrasando a realização de um acordo que libere recursos fundamentais ao pagamento dos juros que vencem no segundo semestre, os bancos credores suspenderam as negociações com o Governo anterior, do General João Figueiredo, lembra Dornelles.

A realização do acordo durante o Governo Figueiredo era a esperança de Tancredo Neves conseguir ganhos para o Brasil após sua posse. Dornelles admite que, já eleito, Tancredo apoiou a negociação que vinha sendo feita pelo antigo Governo, porque tinha interesse em que o acordo fosse fechado antes de assumir a Presidência: se encontrasse tudo pronto, poderia trabalhar na mudança das cláusulas de que discordasse. De ou-



Pastore: 'razões técnicas' do FMI

tra forma, caberia à Nova República o ônus da renegociação.

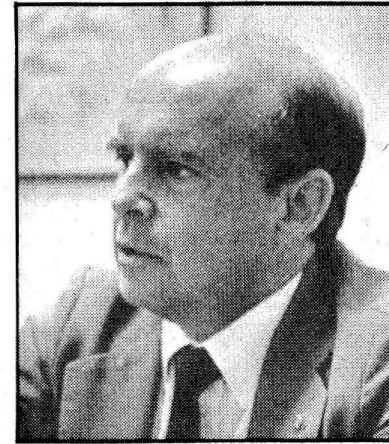
O então Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, conseguiu acertar um acordo aceito pelo Brasil e pelos credores, mas que fi-



Tancredo: acordo antes da posse

cou atrelado a um acordo com o FMI. Este alegou, porém, razões técnicas para não renegociar com o País, quando a questão era apenas política.

O restante da história todos conhe-



Dornelles: hora de cobrar a conta

cem: o Presidente Tancredo Neves faleceu antes de assumir e seu vice, José Sarney, foi empossado com uma base política muito fraca, o que dificultou a obtenção de um acordo favorável com os credores.

Como bom pagador, Sarney deveria, agora, exigir sua contrapartida, os recursos novos, afirma o Deputado. Outro ponto fundamental é a mudança na estratégia de negociação, que deve ser descentralizada. E muito mais difícil discutir com o comitê dos bancos credores, cujos representantes são funcionários dos bancos internacionais que discutem o problema sem uma ótica mais ampla.

— Na verdade, como empregados, se conseguem um resultado melhor para o banco que trabalham, têm aumento de salário. Se não, podem perder o emprego — diz o Deputado.

Para ele, o Brasil deveria comunicar que quer honrar seus compromissos, mas exige contrapartida e que a renegociação passe a ser feita entre devedor e credor, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo. Isso valeria para a dívida das estatais e do setor privado junto aos bancos. O Governo só negociaria com o Clube de Paris e organismos internacionais.